

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Disclaimer

O Relatório da Administração busca atender aos normativos vigentes, como a Lei nº 6.404/1976 e as orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Além disso, as informações financeiras contidas nesse relatório são elaboradas de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e, também, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Este documento pode conter previsões que refletem apenas expectativas dos nossos administradores. Os termos "antecipa", "acredita", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "projeta", "objetiva", "deverá", bem como outros termos similares, visam identificar tais previsões, as quais, evidentemente, envolvem riscos e incertezas previstos ou não pela Companhia e, consequentemente, não são garantias de nossos resultados futuros. Portanto, os resultados futuros das nossas operações podem diferir das atuais expectativas, e o leitor não deve se basear exclusivamente nas informações aqui contidas.

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2021 foi marcado pela continuidade da pandemia do coronavírus, a aprovação da Lei do Novo Mercado do Gás (Lei nº 14.134/2021) e o respectivo Decreto de regulamentação (Decreto nº 10.712/2021), combinadas com grandes incertezas decorrentes das alterações nos cenários nacional e internacional – desde a parada técnica no Campo de Mexilhão da Petrobras, com impacto significativo na produção nacional de gás natural, até a maior escassez hídrica da história do país, exigindo expressivo despacho térmico, com consequente aumento nas importações de GNL, no momento em que a demanda de gás na Europa e na China elevou o preço do GNL em mais de 500%, comparados ao início de 2021.

Diante deste contexto, a Administração da Companhia, em 2021, manteve ativo o Comitê de Gestão de Crise, composto pelos Diretores e os Gerentes Administrativo, de Planejamento, Jurídico, de Desempenho Técnico e Comercial, de Gestão de Participações e Financeiro, para avaliar e propor as ações necessárias para enfrentamento de conjuntura marcada pela incerteza, com foco na mitigação dos riscos enfrentados, corroborando uma gestão mais ágil e fortalecida, possibilitando a tomada de decisões mais assertivas dentro dos cenários de crise tanto no contexto da GASPETRO, quanto das coligadas e controladas.

Em relação à atual condição macroestrutural, o crescimento anual do PIB de 4,6% no ano de 2021, sinalizou o possível início da retomada da economia após a crise sanitária da Covid-19. Esse movimento foi evidenciado pelo aumento de 28,8% no consumo nacional de gás natural (76,0 milhões m³/dia em 2021 e 58,9 milhões m³/dia em 2020), em especial no segmento de geração termoeletrica, influenciado pelo cenário de escassez hídrica no país, com um aumento de 51,7% milhões m³/dia (34,0 milhões m³/dia em 2021 e 22,4 milhões m³/dia em 2020).

As Companhias Distribuidoras Locais de Gás Natural (CDLs) com participação da GASPETRO apresentaram acréscimo de 32,6% em suas vendas, distribuição e movimentação de gás natural, em 2021 (de 26,1 milhões m³/dia em 2020 para 34,6 milhões m³/dia em 2021), atingindo uma participação de 45,6% do volume total distribuído e movimentado no país, correspondendo a um aumento na participação de 1,3 ponto percentual em relação ao ano anterior.

Na gestão de participações, a GASPETRO manteve o compromisso com sua visão estratégica e a produtividade da operação, aprimorando e fomentando as atividades das CDLs investidas, levando ao atingimento de expressivos resultados: (i) investimentos em expansão de redes, com 537 km de gasodutos de distribuição construídos, sendo este o maior resultado histórico; (ii) lucro líquido contábil (Controladora) de R\$ 567 milhões, 67% superior ao apurado no ano anterior, de R\$ 340 milhões; e (iii) aumento dos volumes distribuídos e movimentados pelas CDLs nas quais a Gaspetro possui participação, atingindo o recorde de 34,6 milhões de m³/dia.

Na gestão dos processos de SMS, os principais resultados de 2021 foram a redução da Taxa de Acidentes Registráveis por milhão de homem-hora (TAR) de 1,7 – melhor resultado histórico – e o resultado do Índice de Vazamento de Gás Natural por quilômetro de rede (IVAZ) de 0,89 – abaixo do limite de alerta (1,0).

A aprovação da Lei do Novo Mercado do Gás representa um marco importante na medida em que privilegia a competitividade, a diversificação de atores e a desverticalização do setor. Ainda que alguns aspectos da regulamentação da nova legislação despertem a atenção do segmento de distribuição, a expectativa do setor, como um todo, é que o novo arcabouço regulatório impulse o desenvolvimento do mercado de gás natural no Brasil.

Para os próximos 5 anos, as distribuidoras com participação da GASPETRO orçaram um plano de expansão dos negócios que sustentem, em parte relevante, o crescimento da infraestrutura de gás natural. O plano de negócios quinzenal, em todos os seus elementos, contempla o compromisso assumido nos contratos de concessão firmados pelas CDLs, em especial a oferta do gás natural ao maior número de consumidores, a preços competitivos e que promovam o desenvolvimento e a sustentabilidade do mercado de gás natural brasileiro e do modelo de concessão acordado.

Destaca-se que, em 28 de julho de 2021, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e a Compass Gás e Energia S.A., tendo por objeto a alienação das ações da Petrobras na Companhia. Ressalta-se que em 7 de março de 2022, a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (SG/CADE) emitiu parecer com aval, sem restrições, ao processo de desinvestimento. Como houve interposição de recursos por terceiros interessados e solicitação de avocação do julgamento do Ato de Concentração por um dos membros do Tribunal do CADE, aguarda-se a sua submissão ao plenário do Tribunal.

Finalmente, agradecemos a todas as pessoas que compõem as equipes da nossa holding e das nossas CDLs investidas pelo excelente trabalho realizado, com manutenção do foco nos valores da GASPETRO e de seus acionistas, buscando mitigar os riscos oriundos das incertezas do cenário atual, sem os quais não teríamos atingido os resultados obtidos em 2021.

Atenciosamente.

Diretoria Executiva

2. A GASPETRO

A Petrobras Gás S.A. – GASPETRO é uma sociedade por ações de capital fechado (holding de participações) constituída em 24/03/1976, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, que tem como objeto social, observados os preceitos legais, a participação em sociedades as quais desempenham as atividades de comercialização, importação, exportação, armazenamento e distribuição de gás natural.

Em dezembro de 2015, a PETROBRAS concretizou a venda de parte da sua participação na GASPETRO para a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. (49%), resultando na atual composição societária (Tabela 1):

TABELA 1- QUADRO SOCIETÁRIO

ACIONISTAS	Total Geral		
	qtd	Valor	%
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	56.607	334.314.138,10	51,00%
Mitsui Gás e Energia do Brasil (Mitsui Gas)	54.386	321.197.179,06	49,00%
TOTAL	110.993	655.511.317,16	100,00%

Em 31/12/2021, a GASPETRO possuía participação societária em 19 Companhias Distribuidoras Locais de Gás Natural (CDLs), sendo 14 operacionais e 5 em fase pré ou não operacional. Cumpre-nos ressaltar que, em fevereiro de 2022, foi concretizada a venda da participação societária na Gasmar.

FIGURA 1 -PARTICIPAÇÕES

OPERACIONAIS			PRÉ OU NÃO OPERACIONAIS
ALGAS – 41,5%	COPERGAS – 41,5%	SCGAS – 41,0%	CEBGAS – 32,0%
BAHIAGAS – 41,5%	GASBRASILIANO – 100%	SERGAS – 41,5%	GASAP – 37,25%
CEGAS – 41,5%	MSGAS – 49,0%	SULGAS – 49,0%	GASPISA – 37,25%
CEG RIO – 37,41%	PBGAS – 41,5%	(*) GASMAR – 23,5%	GOIASGAS – 30,46%
COMPAGAS – 24,5%	POTIGAS – 83,0%		RONGAS – 41,5%

A GASPETRO, por ser subsidiária da PETROBRAS, está sujeita aos ditames da Lei nº 13.303/16 de 30 de junho de 2016, também conhecida como Lei das Estatais, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, abrangendo toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que explore atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços. Em 27 de dezembro de 2016, a Presidência da República editou o Decreto Federal nº 8.945, que regulamentou, no âmbito da União, a Lei nº 13.303/2016.

A estrutura de Governança atual da GASPETRO é formada pelos seguintes órgãos estatutários:

• **Conselho de Administração:** o órgão de direção superior da Companhia, formado por sete membros, que se reúnem ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário. O Conselho tem como atribuições principais definir as diretrizes estratégicas da GASPETRO e supervisionar os atos de gestão da Diretoria Executiva. Em 2021, foram realizadas 19 reuniões do colegiado. O Conselho de Administração dispõe, ainda, de uma Auditoria Interna permanente vinculada ao colegiado, que avalia as atividades e controles internos e realiza auditorias na GASPETRO e, eventualmente, nas suas coligadas.

• **Diretoria Executiva:** órgão de administração geral da Companhia, formada por quatro membros (Diretor Presidente, Diretor Operacional, Diretor Financeiro e Diretor Corporativo), os quais são eleitos pelo Conselho de Administração. Em 2021, foram realizadas 61 reuniões, tendo sido deliberados assuntos relativos a temas associados à própria atividade e estrutura da GASPETRO e às CDLs onde possui participação.

• **Conselho Fiscal:** órgão de funcionamento permanente formado por três membros, eleitos em Assembleia Geral, cuja competência está definida na Lei das Sociedades Anônimas e no Estatuto Social da Companhia. É um órgão fiscalizador e opinativo. Em 2021, foram realizadas 13 reuniões deste colegiado.

• **Comitê de Auditoria Estatutário:** formado por três membros independentes tendo por finalidade assessorar o Conselho de Administração no exercício de suas funções e manifestar-se primordialmente sobre: (i) a qualidade, transparência e integridade das demonstrações financeiras; (ii) a efetividade dos processos de controles internos para a produção de relatórios financeiros; e (iii) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e dos auditores internos. Em 2021, foram realizadas 25 reuniões do órgão.

• **Comitê de Elegibilidade:** formado por três membros e vinculado diretamente ao Conselho de Administração. Tem a atribuição de auxiliar a verificação da conformidade dos processos de indicação e de avaliação dos administradores e

conselheiros fiscais indicados para atuarem na GASPETRO e nas suas CDLs investidas. Em 2021, o comitê realizou 76 reuniões e examinou 104 indicações, que atestaram a conformidade dos processos de avaliação dos administradores da Gaspetro e sua controlada GasBrasiliano.

A GASPETRO possui Código de Conduta Ética e, em alinhamento com sua controladora, conta com uma variedade de normativos internos dedicados ao robustecimento de seu Sistema de Integridade Empresarial. Dentre os principais normativos aprovados ou revisados em 2021 destacam-se: o Regulamento de Licitações e Contratos, a Diretriz de Prevenção ao Conflito de Interesses e a Diretriz de Proteção de Dados Pessoais e Privacidade. Esta última integra os esforços da empresa para atendimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – Lei 13.709/2018 ou LGPD – vigente desde 2020.

A Política e a Diretriz de Gestão de Riscos Empresariais, também revisadas pelo Conselho de Administração em 2021, adota uma abordagem abrangente voltada para a identificação e tratamento de riscos, contemplando 4 dimensões: ambiental e respeito à vida, financeira, imagem e reputação e legal/conformidade.

A Matriz de Riscos da empresa foi atualizada em 2021 para incorporar as mudanças na oferta de suprimentos (nacional e internacional), as alterações no ambiente regulatório brasileiro, a transição societária na empresa e possibilidades de crimes cibernéticos que ameaçam as corporações em geral.

A GASPETRO tem o compromisso de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos, considerando os riscos em suas decisões e as ações de resposta orientadas para a continuidade dos negócios e agregação de valor.

O respeito ao Meio Ambiente e a garantia da Saúde e Segurança de seus colaboradores, dos colaboradores de suas coligadas e controlada, bem como de todas as partes envolvidas nas atividades de distribuição de gás natural canalizado, são valores fundamentais nos processos, relacionamentos e em todas as atividades previstas no Plano Estratégico.

A gestão da Segurança, Meio Ambiente e Saúde do Trabalho (SMS) é conduzida com fulcro nas 15 Diretrizes de SMS do Conglomerado PETROBRAS, conforme apresentado a seguir:

FIGURA 2 - DIRETRIZES DE SMS DO SISTEMA PETROBRAS

O ano de 2021 foi alicerçado na permanência das ações de prevenção, controle e mitigação da pandemia em face da contaminação pelo SARS-CoV-2 (Covid-19). As reuniões semanais do Comitê de Gestão de Crise foram continuadas visando o enfrentamento da emergência em saúde pública, agravada pela segunda onda de contaminação, tanto no âmbito da GASPETRO como das sociedades coligadas e controlada.

Diante da Pandemia, o Plano de Contingência Corporativo elaborado pela Gaspetro em 2020 foi revisado e atualizado para atender as orientações e recomendações de enfrentamento da pandemia emanadas da Organização Mundial de Saúde (OMS), Ministério da Saúde (MS), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

Esse Plano tem como objetivo geral assegurar a manutenção das condições laborais necessárias à proteção e preservação do bem-estar físico, mental e social dos colaboradores da GASPETRO e determinou a implantação de barreiras pessoais, físicas, ambientais e sanitárias de prevenção ao contágio, assim como medidas de controle e mitigação.

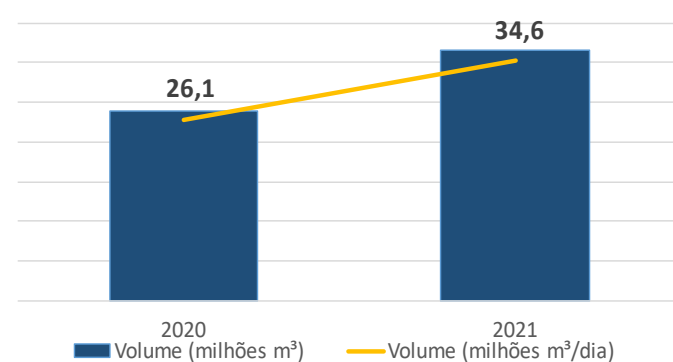
Por meio do acompanhamento de registros de casos suspeitos e confirmados da Covid-19 na GASPETRO e empresas do conglomerado, da análise dos fatores de ocupação de Unidades Críticas (UTI) no sistema de saúde, do índice de transmissibilidade do SARS-CoV-2 e do avanço do Programa Nacional de Imunização, a GASPETRO emitiu, sistematicamente, no ano de 2021, Notas Técnicas contendo orientações e recomendações fundamentadas em avaliações aprovadas pelo Comitê de Gestão de Crise.

Por fim, deve-se ressaltar que em 2021 iniciou-se a realização de reuniões mensais da Diretoria da GASPETRO com os Diretores Técnicos Comerciais das CDLs para monitoramento dos indicadores de SMS, discussão e abrangência das anomalias de SMS, bem como a promoção da troca de experiências e boas práticas em linha com a estratégia da GASPETRO de Fortalecimento da Cultura de SMS.

3. RESULTADOS DE 2021

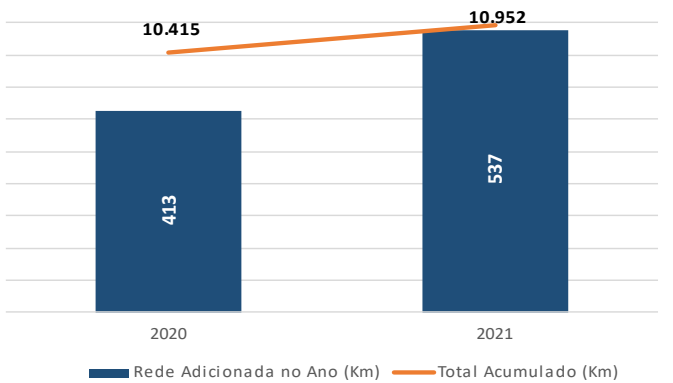
As CDLs com participação da GASPETRO apresentaram um acréscimo de 32,6% na distribuição e movimentação de gás natural em 2021 (34,6 milhões m³/dia) em relação a 2020 (26,1 milhões m³/dia).

GRÁFICO 1 - VOLUME



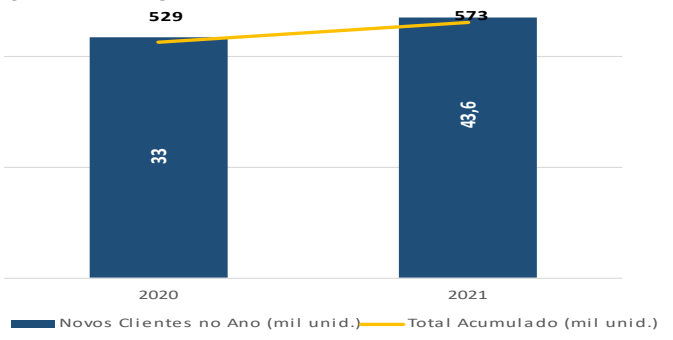
Em 2021, houve uma forte atuação das CDLs, com participação GASPETRO, na concretização de novos investimentos para distribuição do gás natural, acarretando um acréscimo de 537 km de extensão de rede em todo o país, o maior resultado histórico:

GRÁFICO 2 - EXTENSÃO DE REDE



Este acréscimo de rede contribuiu para que as distribuidoras atendessem aproximadamente 44 mil novos clientes, totalizando 573 mil clientes atendidos em 2021:

GRÁFICO 3 - NÚMERO DE CLIENTES



continua



Petrobras Gás S.A
CNPJ Nº 42.520.171/0001-91 - Empresa do Sistema Petrobras

Ministério de Minas e Energia



Os resultados auferidos pelas CDLs são distribuídos proporcionalmente às participações dos sócios, sendo, na Demonstração do Resultado do Exercício da GASPETRO, alocados na conta Resultado com Participações em Investimentos. Em 2021, este resultado foi de R\$ 604 milhões, representando um crescimento de 56% em relação à 2020, que registrou R\$ 387 milhões.

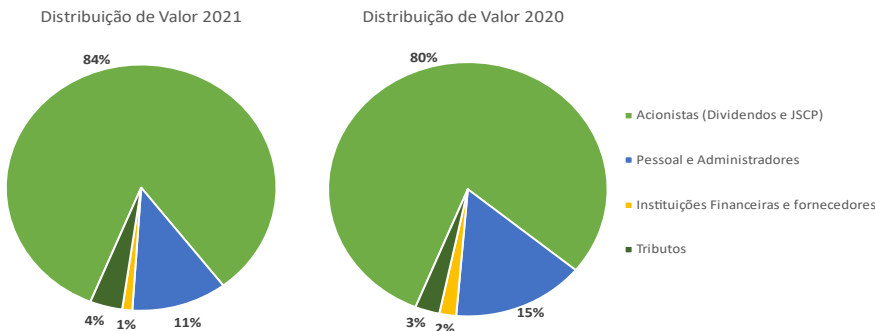
As atividades da GASPETRO geraram um lucro líquido contábil (Controladora) de R\$ 567 milhões, recorde a partir de 2015 – ano em que ocorreu o início da nova estrutura –, 67% superior ao apurado no ano anterior (R\$ 340 milhões).

Os principais motivos desse aumento expressivo foram os seguintes:

- Aumento das margens e volumes de vendas nas afiliadas, com aumento do lucro bruto na ordem de R\$ 109 milhões;
- Registro pelas afiliadas de créditos tributários relacionados à repetição de indébito da cobrança de PIS/COFINS sobre ICMS, impactando o resultado da GASPETRO em R\$ 106 milhões.
- Redução das despesas gerais e administrativas na ordem de R\$ 9 milhões.

Foram gerados R\$ 235,3 milhões de valor para a sociedade, representado da seguinte forma: R\$ 26,6 milhões na remuneração e benefícios relativos a pessoal e administradores; R\$ 196,5 milhões de resultado distribuído aos nossos acionistas; R\$ 9,1 milhões em tributos (federais, estaduais e municipais); e R\$ 2,8 milhões a instituições financeiras e fornecedores.

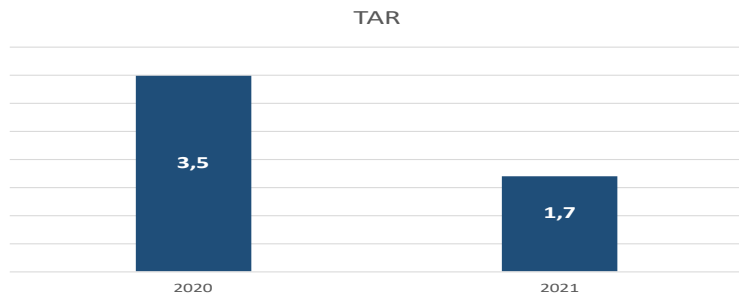
GRÁFICO 4 - DISTRIBUIÇÃO DE VALOR



Os resultados em SMS indicados pela Taxa de Acidente Registráveis (TAR) e pelo Indicador de Vazamento (IVAZ) apontam para uma melhoria na gestão de SMS em suas coligadas.

Conforme gráfico abaixo obtivemos em 2021 uma redução de 50% do TAR quando comparado ao resultado de 2020:

GRÁFICO 5 - TAXA DE ACIDENTE REGISTRÁVEIS (TAR)



O Indicador de Vazamento (IVAZ) foi implementado em 2021 com objetivo de monitorar e gerenciar as interferências na rede de distribuição de gás canalizado que causam vazamento do Gás Natural. O Limite de Alerta adotado de 1,0 estabelece a relação de um vazamento em rede a cada 50km de rede de polietileno. O resultado obtido inferior em 11% demonstra o compromisso das CDLs na melhoria da gestão da integridade da rede.

4. NEGÓCIO, MISSÃO, VISÃO E VALORES

Negócio - Gestão de participações societárias.

Missão - Promover o desenvolvimento do mercado de gás natural e a expansão da infraestrutura de distribuição através da participação nas concessionárias estaduais de serviços de distribuição de gás canalizado nos estados.

Visão - Ser a empresa referência no setor de gás natural reconhecida pelos stakeholders por sua competência e eficiência na agregação de valor e contribuição para o desenvolvimento do setor energético do país e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

- Valores
- Respeito à vida e às instituições;
 - Manutenção de um ambiente harmônico de negócios; e
 - Compromisso com a construção de um futuro sustentável.

5. PLANO ESTRATÉGICO 2022-2042

Diante destes cenários de grandes mudanças, anteriormente comentados, a GASPETRO reforçou seu foco no tratamento dos riscos e oportunidades no âmbito do Planejamento Estratégico, revisando os normativos e os processos internos de gestão, com aprimoramentos na Gestão de Riscos. As ações de mitigação de riscos são geridas de forma integrada com as ações de consecução do Planejamento Estratégico e Plano de Negócios. Todas elas possuem responsáveis designados que periodicamente prestam contas à alta administração sobre o cumprimento dos cronogramas acordados.

Com a revisão do cenário apresentado, o Plano Estratégico da Gaspetro 2022-2026 destacou 7 estratégias prioritárias, com o respectivo desdobramento nas ações necessárias para seu cumprimento, de forma integrada ao Plano de Negócios 2022-2026.

FIGURA 3 - ESTRATÉGIAS PRIORITÁRIAS

Nº de Estratégias	Nº de Ações	Nº de Fases	Riscos Identificados
7	18	56	18
[EM01] - Aprimorar a gestão Financeira e de caixa da GASPETRO e das CDLs	2	5	2
[EM02] - Atuar proativamente no âmbito regulatório.	3	10	2
[EM03] - Aprimorar os processos de contratação de molécula e transporte de gás nas CDLs	3	6	3
[EM04] - Fortalecer a cultura de SMS	3	13	5
[ED01] - Estabelecer estratégias de expansão da rede de gás natural nas CDLs	3	9	4
[ES01] - Aprimorar a gestão da informação ente a GASPETRO e as CDLs	2	5	1
[ES02] - Fortalecer a visão estratégica na gestão societária	2	8	1

6. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Outros assuntos relevantes ocorridos no corrente ano

- **Redução de disponibilidade de suprimento de gás natural**, decorrente da **Parada Programada da Produção de Gás Natural no Campo de Mexilhão**: efetuada gestão da Gaspetro junto às empresas investidas, mitigando os potenciais risco, de tal sorte que o suprimento durante a parada técnica foi mantido sem qualquer intercorrência, com impacto marginal nos volumes atendidos.

- **Tratamento de riscos de rentabilização inadequada dos ativos regulatórios**, em alinhamento à estratégia de **atuar proativamente no âmbito regulatório**, foi sistematizado o Painel de Monitoramento de Margens Regulatórias, com estabelecimento de rotina trimestral de apresentação do Painel ao CAE, que tem orientado ações pontuais em CDLs onde se notam comportamentos atípicos nos indicadores.

- **Continuidade decorrente da transição de Controle na Gaspetro**, constituída a Equipe de Transição para venda da Gaspetro, para prover a futura acionista da Gaspetro dos dados relevantes para que possa assumir as suas prerrogativas quando do fechamento da transação – tanto por meio do controle e análise prévia do fluxo de dados e quanto pela veiculação de orientações jurídicas, visando evitar que a sucessão acionária gere prejuízos ou qualquer descontinuidade às atividades da Gaspetro, bem como riscos de inobservância de preceitos de natureza concorrencial.

- **Desinvestimento da Gaspetro e celebração dos Contratos de Compra e Venda de Ações com os sócios das CDLs que exerceram seu direito preferência**: coordenação da coleta de informações e subsídios necessários ao estabelecimento das Declarações e Garantias assumidas pela Petrobras no âmbito da alienação celebrada, e da orientação jurídica acerca da disciplina do contrato de compra e venda de ações e suas eventuais repercussões nas atividades da Gaspetro;

- **Celebração da Transação Judicial da Gasmarr**: coordenação das etapas do desenvolvimento do processo de negociação que culminou na celebração da transação para a alienação da participação acionária da Gaspetro na Gasmarr, bem como atuação para o cumprimento das diversas etapas da transação celebrada, no intuito de propiciar a homologação judicial e fechamento da operação, que foi concluído em fevereiro de 2022.

- **Aperfeiçoamento na contratação de serviços, através da Contratação de mão de obra na modalidade de entregáveis** - A terceirização de atividades é um dos pilares do plano de transição de RH, assim como a reorganização interna de posições e a contratação de profissionais oriundos do mercado. Os serviços objetivam dar continuidade e flexibilidade aos trabalhos já desenvolvidos, com cobertura na eventualidade de retorno de profissional cedido da Petrobras ou quando houver acréscimo de atividades resultante do processo de desinvestimento, visando o menor impacto no custo e/ou na realização orçamentária da Gaspetro.

- **Mudança para a Nova Sede da Gaspetro** - A nova sede da Gaspetro, localizada no 13º andar do Centro Empresarial Botafogo, apresenta um conceito moderno, *open space*, para privilegiar a troca e a interação no trabalho (*co-working*), respeitando todos os protocolos sanitários. Com essa otimização e racionalização, as despesas administrativas, somente com o aluguel, acarretarão uma redução de aproximadamente R\$ 1,6 milhão/ano.

- **Proposta de renovação da Concessão da Compagas**: O Governo do Estado concluiu pela prorrogação da concessão por mais 30 anos (2024 – 2054), visando a melhor opção para a promoção do desenvolvimento do setor, atender o interesse público, assegurar a continuidade e eficiência do serviço e a modicidade da tarifa, ampliar a capacidade de investimento da concessionária e aproveitar o momento propício da economia para novos contratos de longo prazo. Nesse contexto, a Gaspetro constituiu um Grupo de Trabalho para avaliação estratégica, econômico-financeira e jurídica para coordenação com os sócios e contribuição ativa para a Compagas.

- **Solução de pendência histórica e relevante, de R\$ 82,3 MM, através do TEP Potigás**, relativo ao incentivo do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial pelo Incentivo de Gás Natural – PROGAS. Desde 2015 a Gaspetro efetuou provisões de perda relativas à obrigação de pretensa dívida relacionada a implementação do Programa, que atingiu o montante de R\$ 82.368 mil nos resultados da GASPETRO. Com a formalização de um Termo de Encerramento de Pendências (TEP) no final de 2021, que resolveu as questões financeiras com resíduo inexpressivo para quitação da diferença ajustada, foi desfeito o reconhecimento prévio de provisão contabilizada na Gaspetro, acarretando impacto positivo e extraordinário no resultado de equivalência patrimonial.

- **Resolução das pendências sobre os ativos excluídos e as obrigações estatutárias**, a GASPETRO concluiu a venda de ativos vinculados ao processo de cisão da Gaspetro ocorrido em 2015, cujo ônus ou benefícios estavam exclusivamente vinculados ao acionista Petrobras. O valor da transação foi R\$ 112,2 MM, possibilitando quitação de obrigações da GASPETRO vinculadas a estes ativos e a extinção da única ação preferencial da Companhia.

- **Cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**: O plano de ação para o cumprimento da Lei 13.709/2018 foi integralmente cumprido. A Gaspetro definiu seu regimento interno de privacidade e tratamento de dados pessoais, concluiu mapeamento de processos com utilização de dados pessoais e respectivo tratamento, promoveu treinamento junto aos colaboradores e adaptou sua página na internet para receber consultas acerca do tratamento de informações pessoais.

- **Criação de fórum permanente com os representantes das áreas de conformidade das CDLs - Fórum de Conformidade da Gaspetro**, para disseminação de boas práticas de *Compliance* e disseminação da cultura de integridade. Foram realizados 3 encontros ao longo de 2021, com maciça adesão de representantes das CDLs.

- **Consolidação dos fóruns de discussão entre as auditorias das CDLs investidas**, através da coordenação e realização do 3º Encontro de Auditores, evento onde foi realizada palestra sobre temas técnicos de auditoria e que contou com a participação dos auditores internos, bem como com representantes das áreas de Governança, *Compliance* e Gestão de Risco das companhias investidas.

Relacionamento com Auditores Independentes

Desde 26 de maio de 2017 a empresa contratada pela GASPETRO é a KPMG Auditores Independentes (KPMG). Durante o exercício de 2021, a KPMG prestou os serviços de auditoria contábil e revisão de conformidade fiscal em conexão com os procedimentos de auditoria nas demonstrações financeiras.

Informações relativas às decisões tomadas em função de orientações recebidas do acionista controlador e investimentos realizados em decorrência do exercício de políticas públicas.

Nos termos do Estatuto Social da GASPETRO, como subsidiária de sociedade de economia mista, as suas atividades podem ser orientadas pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, com a finalidade de contribuir para o interesse público que justificou sua criação, visando garantir a distribuição de gás natural em todo o território nacional. Cumpre ressaltar que a contribuição para esse interesse público deve ser compatível com o objeto social da companhia e não pode colocar em risco a sua rentabilidade e sustentabilidade financeira.

Assim, caso haja orientação da PETROBRAS para o atendimento ao interesse público que norteou a criação da GASPETRO, conforme explicitado no Estatuto Social, as obrigações ou responsabilidades assumidas pela Companhia deverão estar definidas em norma ou regulamento e estar previstas em documento específico, como contrato ou convênio, observada a ampla publicidade destes instrumentos, bem como a divulgação dos seus custos e receitas discriminados, inclusive no plano contábil.

Neste caso, em havendo orientação da PETROBRAS para atendimento ao interesse público em condições diversas às de mercado do mesmo setor em que a Companhia atue, de acordo com avaliação e mensuração pelo Conselho de Administração da Companhia, a PETROBRAS garantirá a compensação, a cada exercício social, da diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida.

Não se verificou, em 2021, o exercício de tal prerrogativa pela PETROBRAS que suscitasse a aplicabilidade dos dispositivos previstos do Estatuto Social da Companhia, o que seria também objeto de publicação na Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa.

Balanco Patrimonial											
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)											
Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020	2021	2020
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	72.217	35.356	55.318	32.542	Fornecedores	13	84.628	43.071	8.280	10.339
Contas a receber - ativos financeiros (FIDC)	8.1	120.692	144.366	24.609	30.880	Arrendamentos a pagar		834	1.395	-	-
Contas a receber, líquidas						Imposto de renda e contribuição social	15.1	1.522	2.046	3	222
Dividendos e JSCP a receber	8.2 e 14.1	148.815	125.001	149.594	125.001	Impostos e contribuições	15.1	26.229	14.782	4.825	3.384
Terceiros	8.2	126.773	55.957	-	-	Dividendos propostos	14.1 e 17.5	94.767	50.305	94.767	50.305
Outros - partes relacionadas	8.2 e 14.1	458	284	606	284	Juros sobre o capital próprio a pagar	14.1 e 17.5	28.305	-	28.305	-
Ativo regulatório	1.1	47.483	26.787	-	-	Salários a pagar		16.466	8.992	4.086	2.785
Imposto de renda e contribuição social	15.1	-	1.383	-	-	Passivo regulatório	1.1	17.688	5.449	-	-
Impostos e contribuições	15.1	15.175	32.940	15.175	21.258	Outras contas a pagar		16.992	2.789	-	339
Outros ativos circulantes		4.129	3.073	-	-			287.431	128.829	140.266	67.374
		535.742	425.147	245.302	209.965						
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Arrendamentos a pagar		636	193	-	-
Ativos mantido para a venda	10.6	427.637	-	427.637	-	Provisão para processos judiciais	22.2	44.760	13.918	4.022	-
Contas a receber, líquidas						Obrigações estatutárias vinculadas		-	-	-	-
Dividendos e JSCP a receber	8.2 e 14.1	7.874	11.018	7.874	11.018	a ativos excluídos - Petrobras	2.1 e 16	-	104.214	-	104.214
Terceiros	8.2	-	111	-	-	Outras contas a pagar		-	11	-	11
Outros - partes relacionadas	8.2 e 14.1	4.022	2.128	4.022	2.128			45.396	118.336	4.022	104.225
Depósitos judiciais	22.1	806	794	806	794			332.827	247.165	144.288	171.599
Imposto de renda, contribuição sociais diferidos	15.2	55.689	48.485	1.760	2.375	Passivo circulante e não circulante					
Imposto de renda contribuição social	15.1	-	520	-	520	Patrimônio líquido	17				
Impostos e contribuições	15.1	51.221	13.777	9.730	2.704	Capital social realizado		655.511	655.516	655.511	655.516
Ativo financeiro de concessão	9	81.221	69.616	-	-	Transações de capital		910.736	910.736	910.736	910.736
Ativos Excluídos – Petrobras	2.1	-	111.765	-	111.765	Reserva de capital		560	560	560	560
Outros ativos realizáveis a longo prazo		149	42	-	-	Reserva de lucros		131.105	131.105	131.105	131.105
		628.619	258.256	451.829	131.304	Reserva especial		811.464	462.679	811.464	462.679
Investimentos	10.2	1.457.884	1.549.332	2.005.634	2.088.490	Dividendos adicionais proposto		49.549	97.962	49.549	97.962
Imobilizado	11	1.700	2.215	36	70	Ajuste de avaliação patrimonial		(412)	(328)	(412)	(328)
Intangível	12	267.395	270.445	-	-			2.558.513	2.258.230	2.558.513	2.258.230
		1.726.979	1.821.992	2.005.670	2.088.560			2.891.340	2.505.395	2.702.801	2.429.829
		2.891.340	2.505.395	2.702.801	2.429.829						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 13/04/2022 16:02. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/04/13/GASPETRO1561632813042022.pdf Hash:1649703721e9b982a64636404f90bc7edd4f18a72b

continua



Petrobras Gás S.A

CNPJ Nº 42.520.171/0001-91 - Empresa do Sistema Petrobras

Ministério de Minas e Energia



Demonstração de Resultado				
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)				
Nota	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Receita de vendas e serviços	18	713.168	425.532	-
Custo dos produtos e serviços vendidos	20	(565.437)	(344.531)	-
Lucro bruto		147.731	81.001	-
Receita de construção da infraestrutura	5.14 e 12.2	29.335	16.196	-
Custo da construção da infraestrutura	5.14 e 12.2	(29.335)	(16.196)	-
Lucro bruto após construção da infraestrutura		147.731	81.001	-
Despesas Operacionais				
Vendas	20	(11.971)	(10.135)	-
Gerais e administrativas	20	(62.063)	(71.970)	(36.982)
Tributárias	20	(749)	(425)	(214)
Outras receita (despesas)	19	(4.498)	33.794	(1.482)
		(79.281)	(48.736)	(38.678)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos		68.450	32.265	(38.678)
Resultado financeiro líquido	21	19.390	16.308	2.239
Receitas financeiras		20.899	18.099	2.074
Despesas financeiras		(1.388)	(858)	(152)
Variações monetárias líquidas		(121)	(933)	317
Resultado de participações em investimentos	10.2	522.034	309.106	604.145
Lucro antes dos impostos		609.874	357.679	567.706
Imposto de renda e contribuição social	15.3	(43.186)	(16.387)	(1.018)
Lucro líquido do exercício		566.688	341.292	566.688
Lucro líquido básico e diluído por ação	17.6	5,11	3,07	5,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de Resultados Abrangentes				
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)				
Nota	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício		566.688	341.292	566.688
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	10.2	(84)	(313)	(84)
Resultado abrangente total		566.604	340.979	566.604

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido										
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais)										
	Reservas de Capital				Reservas de Lucros				Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora	Total do patrimônio líquido consolidado
	Capital subscrito e integralizado	Transações de capital	Incentivos fiscais	Legal	Dividendos adicionais propostos	Reserva especial	Lucros Acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial		
Saldo em 1º de janeiro de 2020	655.516	910.736	560	131.105	86.911	371.553	-	(15)	2.156.366	2.155.092
Reversão de reserva especial (AGO-E 15.05.20)					(86.911)	(29.000)	-	-	(29.000)	(29.000)
Dividendos adicionais aprovados (AGO-E 15.05.2020)									(86.911)	(86.911)
Lucro líquido do período							340.018	(313)	340.018	341.292
Destinações do lucro líquido do exercício:									(313)	(313)
Apropriações do lucro líquido em reservas						154.626	(154.626)		(625)	(625)
Apropriações do lucro líquido em obrigações estatutárias										
Dividendos adicionais propostos (0,88/ação)					97.962		(97.962)		-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio (0,78/ação)							(86.805)		(86.805)	(86.805)
Reversão parcial do saldo da reserva especial						(34.500)			(34.500)	(34.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	655.516	910.736	560	131.105	97.962	462.679	-	(328)	2.258.230	2.258.230
Dividendos adicionais aprovados (AGO-E 30.04.2021)					(97.962)				(97.962)	(97.962)
Lucro líquido do exercício							566.688	(84)	566.688	566.688
Redução de capital – resgate de ação preferencial Classe "B"		(5)							(5)	(5)
Resultado abrangente									(84)	(84)
Destinações do lucro líquido do exercício:										
Apropriações do lucro líquido em reservas						370.185	(370.185)		(287)	(287)
Apropriações do lucro líquido em obrigações estatutária										
Dividendos adicionais propostos (0,51/ação)					49.549		(49.549)		(287)	(287)
Dividendos e juros sobre capital próprio (1,05/ação)							(146.667)		(146.667)	(146.667)
Reversão parcial do saldo da reserva especial						(21.400)			(21.400)	(21.400)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	655.511	910.736	560	131.105	49.549	811.464	-	(412)	2.558.513	2.558.513

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstração do Valor Adicionado										
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)										
	Consolidado		Controladora		Distribuição do valor adicionado	Consolidado		Controladora		
	2021	2020	2021	2020		2021	2020	2021	2020	
Receitas										
Vendas de produtos, serviços e outras receitas	930.948	556.207	-	2						
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(1.191)	172	-	-						
Receitas relativas à construção de ativos para uso	29.335	16.196	-	-						
	959.092	572.575	-	2						
Insumos adquiridos de terceiros										
Produtos para revenda	(543.474)	(311.376)	-	-						
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(65.828)	(36.340)	(7.311)	(6.973)						
Perda / Recuperação de valores ativos	(891)	(848)	(891)	(848)						
	(610.193)	(348.564)	(8.202)	(7.821)						
Valor adicionado bruto	348.899	224.011	(8.202)	(7.819)						
Depreciação e amortização	(31.287)	(30.417)	(1.679)	(1.679)						
Valor adicionado líquido produzido/(consumido) pela Companhia	317.612	193.594	(9.881)	(9.498)						
Valor adicionado recebido em transferência										
Resultado de participações em investimentos	528.815	314.664	610.926	392.665						
Receitas financeiras - inclui variações monetária, cambial e outras receitas	47.751	52.878	4.428	3.596						
	576.566	367.542	615.354	396.261						
Valor adicionado a distribuir	894.178	561.136	605.473	386.763						

Notas explicativas Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. A Companhia e suas operações

A Petrobras Gás S.A. - Gaspetro (denominada "Gaspetro" ou "Companhia"), tem por objeto a participação em sociedades em distribuidoras de gás natural canalizado, as quais desempenham as atividades de distribuição, importação, exportação, armazenamento e comercialização de gás natural. A sede social da Companhia está localizada no Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia é uma empresa de participações e, portanto, não tem atuação direta no mercado. Desta forma, o cumprimento da sua função social se dá através das suas investidas, no limite da sua participação.

Para cumprir sua missão, a Companhia vem desenvolvendo projetos por meio da participação no capital de empresas. Dentre os projetos que têm participação da Gaspetro, destaca-se a controlada GasBrasiliano Distribuidora S.A., além de participações societárias (empreendimentos controladas em conjunto) em companhias estaduais distribuidoras de gás natural canalizado.

1.1 Ativo e passivo regulatório

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do ativo e passivo regulatório, registrado nas demonstrações contábeis, era de R\$ 47.483 (R\$ 26.787 em 2020) e R\$ 17.688 (R\$ 5.449 em 2020), respectivamente.

Conta gráfica – custo do gás natural

Em 11 de junho de 2020, a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP, emitiu a Deliberação nº 1.010 dispondo que eventuais saldos nas contas gráficas existentes ao final da concessão serão indenizados à controlada GasBrasiliano ou devolvidos aos usuários no período de 12 meses antes do encerramento do período da concessão.

Com a publicação da deliberação ARSESP nº 1.010, a Companhia avalia que não há mais incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, foi reconhecido a partir de junho de 2020 os ativos e passivos financeiros regulatórios em suas informações contábeis, que estão relacionados à diferença entre o custo real incorrido e o custo de gás incluído na tarifa (contas gráficas regulatórias) que impacta o repassadas e/ou cobrança aos clientes, conforme determinação do Órgão regulador.

Devido a tal fato, a Companhia reconheceu em junho de 2020 o montante de R\$ 35.812 referente a alocação do saldo das contas gráficas regulatórias diretamente no resultado daquele exercício. O montante das contas gráficas referentes aos exercícios anteriores foi classificado como outras receitas operacionais (R\$ 32.574 - nota explicativa nº 19) e o montante referente a 2020 (R\$ 3.238) foi classificado em Custo das Vendas de Gás.

2. Ativos Excluídos/Obrigações Estatutárias e Processo de Venda de Participações Acionárias da Gaspetro pelo acionista Petrobras

2.1 Ativos excluídos e obrigações estatutárias decorrentes do processo de cisão em 2015

Em dezembro de 2015, houve uma cisão parcial da Gaspetro, vertendo os ativos e passivos não relacionados ao segmento de distribuição de gás natural para a Petrobras Logística de Gás S.A. – Logigás.

Essa alteração precedeu o processo de alienação de 49% das ações da Gaspetro, detidas pela Petrobras, para a Mitsui Gás e Energia do Brasil, formalizado através de um Contrato de Compra e Venda de Ações ("CCVA").

Apesar da delimitação no objeto social na cisão ocorrida em 2015 para atuação exclusivamente no segmento de distribuição de gás natural, alguns ativos permaneceram registrados na Gaspetro devido a impossibilidade de desvinculação, sendo classificados estatutariamente como "Ativos Excluídos".

Em 1º de julho de 2021, a assembleia geral extraordinária de acionistas aprovou a venda dos ativos excluídos, pelo valor contábil, para o acionista Petrobras. Em 22 de julho de 2021 a Gaspetro recebeu o valor de R\$112.221, o que viabilizou a quitação, em 27 de julho de 2021, das Obrigações Estatutárias junto a Petrobras no valor de R\$104.501, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Esses ativos foram atualizados do resultado plena de acordo com índices de variação monetária relacionados às suas respectivas características. O resultado produzido, descontado de qualquer tributo aplicável pago ou sujeito a pagamento (Pis, Cofins, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido), eram destinados periodicamente para a Obrigações (Reserva) Estatutária de Ativos Excluídos. Logo, esses ativos excluídos evoluíram de forma diferente do montante destinado para as obrigações estatutárias.

Os reflexos contábeis e financeiros que impactam os Ativos Excluídos e as Obrigações (Reserva) Estatutárias beneficiaram e/ou impactaram exclusivamente o direito do acionista Petrobras, que é único detentor da ação preferencial (Nota explicativa 16, 17.1 e 17.2). A diferença financeira decorria da premissa de ressarcimento, à Companhia, pelos tributos incidentes sobre a atualização monetária destes ativos.

Os ativos excluídos estão representados a seguir:

Demonstração dos Fluxos de Caixa				
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)				
	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do Exercício	566.688	341.292	566.688	340.018
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período:				
Resultado de participações em investidas	(522.034)	(309.106)	(604.145)	(387.108)
Depreciação e amortização	31.287	30.417	1.679	1.679
Ativo/Passivo Regulatório	(8.457)	(21.338)	-	-
Provisão para perdas esperadas de crédito	1.191	(445)	-	-
Provisão para perdas com processos judiciais	26.820	(490)	-	-
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros não realizados e outras	946	895	(748)	272
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	(14.493)	(12.874)	(1.100)	(705)
Imposto de renda e contribuição social, líquidos	43.185	16.387	1.018	133
Perdas por Desvalorização de Ativos (Impairment)	891	848	891	848
Redução (aumento) de ativos				
Contas a receber	(62.593)	(21.078)	2.809	2.385
Ativos financeiros vinculados à concessão	(3.072)	(11.231)	-	-
Ativos excluídos processo de cisão	112.221	-	112.221	-
Outros ativos	(720)	-	445	-
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores	41.557	(2.980)	(2.059)	2.201
Impostos e contribuições	(54.806)	18.069	(338)	(2.232)
Arredamentos a Pagar	(118)	(1.375)	-	-
Obrigações estatutárias	(104.214)	-	(104.214)	-
Outros passivos	(4.388)	(2.767)	(1.099)	(227)
Juros pagos de arrendamento	(90)	(200)	-	-
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades operacionais	49.801	24.024	(27.952)	(42.736)
Atividades de investimentos				
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis	(15.658)	(8.880)	-	-
Aportes em participações	(891)	(848)	(891)	(848)
Resgate (investimentos) em recebíveis de ativos financeiros	27.877	16.163	7.320	28.037
Dividendos recebidos	165.157	219.585	232.566	260.935
Recursos líquidos gerados nas atividades de investimentos	176.485	226.020	238.995	288.124
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Arredamentos pagos	(1.158)	(1.941)	-	-
Dividendos pagos a acionistas da Gaspetro	(188.267)	(269.589)	(188.267)	(269.589)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(189.425)	(271.530)	(188.267)	(269.589)
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	36.861	(21.486)	22.776	(24.201)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	35.356	56.842	32.542	56.743
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	72.217	35.356	55.318	32.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido										
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais)										
	Reservas de Capital				Reservas de Lucros				Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora	Total do patrimônio líquido consolidado
	Capital subscrito e integralizado	Transações de capital	Incentivos fiscais	Legal	Dividendos adicionais propostos	Reserva especial	Lucros Acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial		
Saldo em 1º de janeiro de 2020	655.516	910.736	560	131.105	86.911	371.553	-	(15)	2.156.366	2.155.092
Reversão de reserva especial (AGO-E 15.05.20)					(86.911)	(29.000)	-	-	(29.000)	(29.000)
Dividendos adicionais aprovados (AGO-E 15.05.2020)									(86.911)	(86.911)
Lucro líquido do período							340.018	(313)	340.018	341.292
Destinações do lucro líquido do exercício:									(313)	(313)
Apropriações do lucro líquido em reservas						154.626	(154.626)		(625)	(625)
Apropriações do lucro líquido em obrigações estatutárias										
Dividendos adicionais propostos (0,88/ação)					97.962		(97.962)		-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio (0,78/ação)							(86.80			

4.1. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

4.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Gaspetro e de sua controlada é o real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação.

5. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis apresentadas, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis estão consistentes.

5.1. Novas normas e interpretações

Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2021, são os seguintes:

Norma	Descrição	Vigência
Annual Improvements to IFRS Standards 2018-2020	Alteram requerimentos relacionados a: controlada como adotante inicial dos IFRS (IFRS-1); taxas a serem consideradas para avaliar o des-reconhecimento de um passivo financeiro (IFRS-9); e fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo (IAS-41). Adicionalmente, alteram determinado exemplo contido no IFRS-16) Atualizaram determinada referência no IFRS 3 à estrutura conceitual mais recente, bem como inclui requerimentos adicionais relativos a	1º de janeiro de 2022
Reference to the Conceptual Framework – Amendments to IFRS 3	Obrigações no escopo dos pronunciamentos IAS 37, e IFRIC21. Adicionalmente, orientam que o comprador não deve reconhecer ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.	1º de janeiro de 2022
Onerous Contracts – Cost of Fulfilling a Contract Amendments to IAS 37	Alterações no IAS 37 estabelecendo o que compreende os custos de cumprimento de um contrato para avaliar se um contrato é oneroso	1º de janeiro de 2022
Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use – Amendments to IAS 16	Proibem deduzir o custo do imobilizado os valores recebidos pela venda de itens produzidos antes da colocação do ativo no local e condição necessária para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração.	1º de janeiro de 2022
Classification of Liabilities as Current or Non-current Amendments to IAS 1	Estabelecem requerimentos para classificação de um passivo como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
IFRS 17 – Insurance Contracts	Substitui o IFRS 4 e estabelece, entre outras coisas, os requisitos que devem ser aplicados no reconhecimento, apresentação e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro	1º de janeiro de 2023
Disclosure of Accounting Amendments to IAS 1 and Practice Statement 2	Em substituição ao requerimento de divulgação de políticas contábeis significativas, as emendas ao IAS 1 estabelecem que políticas contábeis devem ser divulgadas quando forem materiais. Entre outras coisas, a emenda prevê orientações para determinar tal materialidade. Segundo as emendas ao IAS 8, a definição de "mudança na estimativa contábil" deixa de existir. Em substituição, foi estabelecida nova definição para "estimativas contábeis": valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração. As alterações reduziram o escopo da isenção de reconhecimento de ativos	1º de janeiro de 2023
Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction – Amendments to IAS 12	Ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidos nos parágrafos 15 e 24 do IAS 12 de modo que não se aplique mais a transações que, entre outras coisas, no reconhecimento inicial, dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.	1º de janeiro de 2023

A Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial dessas regras nas demonstrações financeiras consolidadas. Com relação à emenda que entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, a Companhia não estima impactos da aplicação inicial.

5.2. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem informações da Gaspetro e de sua controlada.

O controle é obtido quando a Gaspetro possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

As empresas controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia.

A nota explicativa 10.1 apresenta a Companhia consolidada, juntamente com os demais investimentos diretos.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua função, complementada com as eliminações das operações realizadas entre empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

5.2.1.Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido do consolidado com o da controladora

	Patrimônio líquido		Lucro líquido	
	2021	2020	2021	2020
Consolidado - IFRS / CPC	2.558.513	2.258.230	566.688	341.292
Saldo (amortização no exercício) do ativo diferido	-	-	-	(1.274)
Controladora - CPC	2.558.513	2.258.230	566.688	340.018

5.3. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

5.3.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia eleger de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

5.3.2. Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício.

5.4. Investimentos societários

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. A definição de controle é apresentada na Nota Explicativa 5.2.

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

Enquanto em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

Nas demonstrações individuais, os investimentos em entidades Coligada, Controladas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua Coligada, Empreendimento Controlado em Conjunto e Controlada. Os dividendos recebidos provenientes desses investimentos societários são registrados como uma redução do valor dos respectivos investimentos.

5.5. Combinação de negócios e goodwill

O método de aquisição é aplicado para as transações onde ocorre a obtenção de controle. Transações envolvendo empresas sob controle comum não configuram uma combinação de negócios.

O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo. O montante pago, acima desse valor deve ser reconhecido como ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). Quando o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, um ganho proveniente de compra vantajosa é reconhecido no resultado.

5.6. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal.

Os outros bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que estão demonstradas por classe de ativo na Nota Explicativa 11.

5.7. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). É composto por direitos e concessões que incluem, principalmente, concessões de serviços públicos, além de softwares e ágio (*mais valia*) decorrente de aquisição de participação com controle. Nas demonstrações contábeis individuais, este ágio é apresentado no investimento.

5.8. Ativo financeiro de concessão

No final do período de concessão da distribuição do gás, os bens e instalações vinculados ao serviço revertidos ao Poder Concedente, mediante indenização. A Companhia terá o direito de ressarcimento relativo aos investimentos realizados, observados os valores contábeis residuais e a data de sua incorporação ao patrimônio do Estado. Esses valores residuais são apresentados ao valor presente.

5.9. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment
A Companhia avalia anualmente os ativos imobilizado, intangível e investimento societários a fim de identificar indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), oriundos de uma combinação de negócios, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos, considerando as melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado pela Petrobras, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, exceto com relação à redução no valor do ágio (*goodwill*).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, após os testes de *impairment*, não houve necessidade de constituição de provisão para perda com relação aos ativos da Companhia.

5.10. Arrendamentos

A Companhia adota um único modelo de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial. Como arrendatário, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

As Isenções opcionais estão relacionadas para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

5.11. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos incluindo benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém passivos contingentes são objetos de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

5.12. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se as alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecimentos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, na data do período que está sendo reportado. Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção em que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Quando da existência de ativo fiscal diferido líquido, situação esta que ocorre quando o valor do ativo fiscal diferido supera o valor reconhecido como passivo fiscal diferido, relacionados ao mesmo ente contribuinte, o reconhecimento baseia-se em estudo técnico de rentabilidade futura, aprovado pela Administração da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados mediante aplicação das alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado e são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributo sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

5.13. Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias.

Quando proposta pela Companhia a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia, sendo o benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio reconhecido no resultado do exercício em que é deliberado.

A política de dividendos da Companhia está descrita na nota explicativa 17.5.

5.14. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre vendas e serviços.

A receita pela venda de gás natural é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade do gás são transferidos para o consumidor. Portanto, a Companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao consumidor. Assim sendo, a Companhia reconhece como receita, o volume de gás efetivamente fornecido no mês, cujo faturamento aos clientes ocorrerá, parte no próprio mês e parte no mês subsequente, respeitando-se a provisão dos valores no regime de competência.

Conforme o ICPC 01 (R1), os valores investidos na construção da infraestrutura necessária para a distribuição do gás canalizado, registrados no ativo intangível, devem ser considerados como serviço prestado ao Poder Concedente. No momento da entrada em operação da infraestrutura é realizada a contabilização da receita pelo mesmo valor do investimento como serviço prestado ao Poder Concedente, ou seja, não há nenhuma margem para construção da infraestrutura.

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e títulos públicos, despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, além das variações monetárias líquidas.

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

6. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

6.1. Definição das unidades geradoras de caixa para teste de recuperabilidade dos ativos (*impairment*)

Os investimentos em coligada e empreendimentos controlados em conjunto, incluindo o ágio (*goodwill*), são testados individualmente para fins de avaliação da sua recuperabilidade.

6.2. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Gaspetro com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração (nota explicativa 22).

6.3. Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações contábeis. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano de Negócios e Gestão (PNG) para o Sistema Petrobras, que anualmente é aprovado pelo Conselho de Administração.

6.4. Perdas esperadas de crédito

São monitoradas regularmente pela Administração, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber. As evidências de perdas consideradas na avaliação incluem: casos de dificuldades financeiras significativas, cobrança judicial, pedido de falência ou recuperação judicial e outros.

7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	16.966	2.834	67	20
Aplicações financeiras de curto prazo – No País				
Fundos de investimentos DI (*)	55.251	32.522	55.251	32.522
Total de caixa e equivalentes de caixa	72.217	35.356	55.318	32.542

(*) Os fundos de investimentos representam aplicações financeiras de renda fixa, com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.





Petrobras Gás S.A
CNPJ Nº 42.520.171/0001-91 - Empresa do Sistema Petrobras

Ministério de
Minas e Energia



8. Contas a receber

8.1. Ativos financeiros – recebíveis (FIDC)

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "valor justo por meio do resultado", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Recebíveis de ativos financeiros	120.692	144.366	24.609	30.880
Circulante	120.692	144.366	24.609	30.880

8.2. Contas a receber, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Terceiros	133.991	64.303	-	-
Perdas de crédito esperadas - PCE	(7.218)	(8.235)	-	-
Subtotal dos valores a receber de terceiros	126.773	56.068	-	-
Dividendos e JSCP a receber (Nota explicativa 14.1)	156.689	136.019	157.469	136.019
Partes relacionadas (Nota explicativa 14.1)	4.480	2.412	4.628	2.412
Total contas a receber, líquidas	287.942	194.499	162.097	138.431
Circulante	276.046	181.242	150.201	125.285
Não circulante	11.896	13.257	11.896	13.146

8.3. Movimentação das Perdas de crédito esperadas - PCE

	Consolidado
	2021
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(8.680)
Adição	(60)
Baixa	505
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(8.235)
Adições	(174)
Baixas	1.191
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(7.218)

9. Ativo financeiro de concessão

	Consolidado	
	2021	2020
Ativo não circulante		
Servidão de passagem	12.833	11.087
Terrenos	701	611
Redes	61.718	53.319
Edificações	1.973	1.696
Estações	3.996	2.903
Total ativo financeiro da concessão	81.221	69.616

Referem-se a ativos que serão revertidos para o poder concedente ao final do contrato de concessão, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devida, observados os valores contábeis e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado.

Estes ativos estão descontados a valor presente no reconhecimento inicial a uma taxa média de 10,05% ao ano. Esta taxa tem como base Nota Técnica do órgão regulador (ARSESP), que objetiva apresentar a taxa do custo médio ponderado de capital (WACC) a ser aplicado no cálculo das tarifas. Considerando que a expansão, operação e manutenção das redes se financiam com capitais próprios, a Administração entende como prudente a utilização da taxa WACC regulatória como fator de desconto dos bens a serem indenizáveis ao final do Contrato de Concessão.

10. Investimentos

10.1. Investimentos diretos (Controladora)

	% de Participação direta da Gaspetro	% no Capital votante	Patrimônio Líquido (a)	Lucro Líquido
do período (a)				
Empresa Controlada				
GasBrasiliano Distribuidora S.A.	100,00%	100,00%	557.525	82.110
Empresas controladas em conjunto				
Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS (d)	41,50%	24,50%	106.601	31.171
Companhia de Gás da Bahia - BAHIA GÁS (c)	41,50%	24,50%	669.021	95.672
CEG Rio S.A.	37,41%	26,19%	572.528	161.873
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS (d)	41,50%	24,50%	260.474	126.780
Companhia Paranaense de Gás - COMPAGAS	24,50%	24,50%	551.541	131.695
Companhia Maranhense de Gás - GASMAR (e)	23,50%	21,00%	20.608	10.298
Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS (c)	41,50%	24,50%	70.839	4.991
Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS	83,00%	49,00%	81.013	16.261
Companhia de Gás Est. Mato Grosso do Sul - MSGÁS	49,00%	49,00%	123.143	51.054
Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS	41,00%	23,00%	527.461	173.550
Sergipe Gás S.A. - SERGÁS	41,50%	24,50%	122.986	19.251
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS	41,50%	24,50%	336.141	205.676
Companhia de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS	49,00%	49,00%	209.447	83.410
Companhia de Gás do Amapá - GASAP (b)	37,25%	24,50%	-	-
Companhia Rondoniense de Gás - RONGAS (b)	41,50%	24,50%	-	-
Companhia de Gás do Piauí - GASPIA (b)	37,25%	24,50%	-	-
Companhia Brasileira de Gás - CEBGÁS (b) (c)	32,00%	21,00%	-	-
Agência Goiânia de Gás Canalizado S.A. - GOIASGAS (b)	30,46%	19,50%	-	-

(a) Para a avaliação dos investimentos pelo método de equivalência, foram utilizadas demonstrações contábeis para o período de 12 meses (defasagem de 30 dias). O cálculo da equivalência patrimonial observa os procedimentos contábeis da Gaspetro (Holding).

(b) Conforme o CPC 18 R2 Parágrafo 38, quando a participação do investidor nos prejuízos do período da coligada ou do empreendimento controlado em conjunto se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, o investidor deve descontinuar o reconhecimento de sua participação. Neste caso não há saldo contábil relativo a estes investimentos.

(c) Empreendimentos classificados como ativo mantido para a venda no ativo não circulante, considerando a alienação integral da participação acionária na afiliada (Nota Explicativa 10.6).

(d) Empreendimento com formalização de alienação parcial das ações, mantido como investimento, quando a alienação não altera a condição de controle compartilhado na afiliada (Nota Explicativa 10.6).

(e) Empreendimento com formalização para alienação, considerando a alienação integral da participação acionária na afiliada, cujo processo de fechamento e alienação ocorreu em fevereiro de 2022 (Nota Explicativa 25).

10.2. Mutação dos investimentos (Controladora)

	Resultado de particip. em investimentos		Aporte de dividendos e de JSCP		Mantidos para Ven-Amortização/ Impairment		Saldo em 31.12.2021
	Saldo em 31.12.2020	Dividendos e JSCP	Aporte de dividendos e de JSCP	Mantidos para Ven-Amortização/ Impairment	Saldo em 31.12.2021		
Subsidiária e controlada							
GasBrasiliano Distribuidora S.A. (a)	539.158	82.111	(71.873)	-	(1.646)	547.750	
Empreend. controlados conjunto							
Companhia de Gás da Bahia - BAHIA GÁS (a)	347.942	39.704	(12.653)	-	(374.993)	-	
Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS (a)	218.435	71.155	(18.900)	-	-	270.690	
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS (a)	191.672	85.358	(36.716)	-	-	240.314	
CEG-Rio S.A. (a)	174.095	60.550	3.767	-	-	238.412	
Companhia de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS (a)	156.080	40.871	(51.850)	-	-	145.101	
Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS (a) (b)	-	95.865	(1.317)	-	-	94.548	
Companhia Maranhense de Gás - GASMAR (d)	3.926	-	-	(3.926)	-	-	
Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS (d)	41.082	2.071	(1.251)	(41.902)	-	468.819	
Outras participações (a)	416.100	133.241	(80.438)	(84)	(891)	468.819	
Total dos investimentos	2.088.490	610.926	(271.231)	891	(420.905)	2.005.634	
Efeito dos tributos (PIS/COFINS) sobre o JSCP no resultado (c):		(6.781)	Investimento em companhia controlada:	(547.750)			
Equivalência patrimonial (resultado) com reflexo dos tributos sobre JSCP:		604.145	Saldo nas demonstrações consolidadas:	1.457.884			
Equivalência de empresa controlada eliminada da consolidação:		(82.111)					
Equivalência patrimonial (resultado) nas demonstrações consolidadas:		522.034					

	Resultado de particip. em investimentos		Dividendos e de JSCP		Resul-Amortização/ Impairment		Saldo em 31.12.2020
	Saldo em 01.01.2020	Dividendos e JSCP	Aporte de dividendos e de JSCP	Resul-Amortização/ Impairment	Saldo em 31.12.2020		
Subsidiária e controlada							
GasBrasiliano Distribuidora S.A. (a)	505.266	79.276	(43.738)	-	(1.646)	539.158	
Empreend. controlados conjunto							
Companhia de Gás da Bahia - BAHIA GÁS (a)	360.455	17.111	(29.624)	-	-	347.942	
Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS (a)	196.420	30.313	(8.298)	-	-	218.435	
Cia. Pernambucana de Gás - COPERGÁS (a)	215.778	30.194	(54.300)	-	-	191.672	
CEG-Rio S.A. (a)	173.446	47.650	(47.001)	-	-	174.095	
Cia. de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS (a)	151.355	44.747	(40.022)	-	-	156.080	
Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS (a) (b)	10.570	6.682	(17.252)	-	-	-	
Outras participações (a)	411.865	136.693	(87.137)	848	(313)	461.108	
Total dos investimentos	2.025.155	392.666	(327.372)	848	(313)	2.088.490	
Efeito dos tributos (PIS/COFINS) sobre o JSCP no resultado (c):		(5.558)	Investimento em companhia controlada:	(539.158)			
Equivalência patrimonial (resultado) com reflexo dos tributos sobre JSCP:		387.108	Saldo nas demonstrações consolidadas:	1.549.332			
Equivalência de empresa controlada eliminada da consolidação:		(79.276)					
Reversão da baixa do ativo diferido no resultado (controladora):		1.274					
Equivalência patrimonial (resultado) nas demonstrações consolidadas:		309.106					

(a) O saldo inclui a reclassificação do ágio do ativo intangível para o investimento em função do parágrafo 28, correspondente ICPC 09, cujo valor registrado na GasBrasiliano o ágio (mais valia) é de R\$13.030 e nos empreendimentos em conjunto o ágio (goodwill) no valor de R\$ 161.793, totalizando R\$174.823.

(b) Face a assinatura do Termo de Encerramento de Pendências (TEP) entre a Petrobras, Potigás e Estado do Rio Grande do Norte em 2021, que ajustou questões financeiras com resíduo inexpressivo para quitação da diferença ajustada, foi desfeita a provisão na Gaspetro relativa a obrigação de pretenção dividida relacionada a implementação do

Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial pelo Incentivo de Gás Natural – PROGÁS (glosas no subsídio do PROGÁS nas faturas da Petrobras que consistia na concessão de subsídio no preço de venda de gás a determinadas empresas enquadradas em de quantidade equivalente à redução do valor das licenças ambientais devidas pela Petrobras, que deveriam ser financeiramente compensadas). A provisão efetuada pela Gaspetro decorreu do ingresso da ação judicial movida pela Petrobras em desfavor do Estado do Rio Grande do Norte, primeira Ré, e da POTIGÁS. Com a formalização do referido Termo, a Gaspetro reverteu o reconhecimento prévio de baixa de R\$82.368 e iniciou a contabilização da equivalência.

(c) A equivalência patrimonial contabilizada nos "Investimentos" (Ativo) não inclui o impacto do PIS/COFINS incidentes sobre os juros sobre capital próprio propostos pelas investidas, que é registrado como uma dedução do resultado de equivalência patrimonial no Resultado do Exercício.

(d) Empresa classificada como "Mantido para a Venda" devido ao processo de alienação das ações detidas pela Gaspetro (Nota Explicativa 10.6)

10.3. Informações sobre a controlada

GasBrasiliano Distribuidora S.A. - Constituída em 1999, tem por objeto social preponderante a exploração, mediante concessão, dos serviços de distribuição de gás canalizado na área noroeste do Estado de São Paulo, para atendimento dos setores industrial, residencial, comercial, gás natural veicular, termo geração e cogeração. O Contrato de Concessão foi assinado em 10 de dezembro de 1999 entre o Poder Concedente (representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP) e a GasBrasiliano, com prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado por uma única vez por 20 anos, mediante requerimento da GasBrasiliano, a critério do poder concedente.

10.4. Informações contábeis resumidas de controlada, controladas em conjunto e coligadas

As informações contábeis resumidas das companhias investidas operacionais são as seguintes:

	31.12.2021 (*)							
	GasBra-siliano	Bahia Gás	Scgás	Copergás	CEG-Rio	Sulgás Potigás	Outros	Total
Ativo circulante	296.454	519.173	304.891	335.081	720.439	236.544	59.605	1.022.919
Ativo realiz. l. prazo	179.711	70.795	342.970	142.520	208.664	23.702	2.886	488.100
Imobilizado	1.664	16.890	3.705	8.896	-	-	1.746	31.146
Intangível	254.365	429.798	251.977	238.092	614.592	194.868	48.688	544.518
Total do ativo	732.194	1.036.656	903.543	744.589	1.543.695	455.114	112.925	2.086.683
Passivo circulante	130.373	282.306	291.064	280.217	629.432	243.285	19.282	563.947
Passivo não circulante	44.296	85.329	85.018	128.231	341.735	2.382	7.213	266.546
Patrimônio líquido	557.526	669.021	527.461	336.141	572.528	209.447	86.430	1.256.190
Total do passivo + PL	732.194	1.036.656	903.543	744.589	1.543.695	455.114	112.925	2.086.683
Receita operac. líquida	713.168	1.810.717	1.504.382	1.575.579	2.818.275	996.932	185.608	2.350.892
Lucro exercício	82.110	95.672	173.550	205.676	161.873	83.410	16.261	375.239
Percentual de participação - %	100,0%	41,50%	41,00%	41,50%	37,41%	49,00%	83,00%	49,0%

	31.12.2020 (*)							
	GasBra-siliano	Bahia Gás	Scgás	Copergás	CEG-Rio	Sulgás Potigás	Outros	Total
Ativo circulante	232.182	496.119	217.840	358.588	502.124	192.584	51.544	837.307
Ativo realiz. l. prazo	128.911	69.347	202.704	39.978	61.373	51.986	2.898	526.963
Imobilizado	2.145	18.065	5.442	9.089	-	-	6.259	27.755
Intangível	255.769	390.721	211.619	204.206	636.910	171.147	47.781	549.806
Total do ativo	619.007	974.252	637.605	611.861	1.200.407	421.976	104.213	1.941.831
Passivo circulante	78.455	269.074	159.961	249.817	415.372	201.052	22.957	530.024
Passivo não circulante	16.070	97.199	93.804	49.927	394.820	7.921	6.873	268.137
Patrimônio líquido	524.482	607.979	383.840	312.117	390.215	213.003	74.383	1.143.670
Total do passivo + PL	619.007	974.252	637.605	611.861	1.200.407	421.976	104.213	1.941.831
Receita operac. líquida	425.532	1.657.196	890.148	962.155	1.964.791	793.865	126.571	1.630.334
Lucro exercício	79.275	41.231	73.935	72.757	127.387	91.321	8.052	348.043
Percentual de participação - %	100,0%	41,50%	41,00%	41,50%	37,41%	49,00%	83,00%	49,0%

(*) As informações contábeis e financeiras da controlada e dos empreendimentos controlados em conjunto são consideradas com defasagem de 30 (trinta) dias nas informações contábeis individuais e consolidadas da Gaspetro.

A consolidação das informações contábeis e o registro da equivalência patrimonial das afiliadas é realizado com a defasagem de 30 (trinta) dias, englobando o período de 12 (doze) meses entre dezembro do ano anterior até o mês de novembro do mesmo exercício social da Gaspetro.

10.5. Informações sobre controladas em conjunto

CEGRio S.A. – Em 30 de dezembro de 2020, foi proferida a Deliberação nº 4.163 da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA, a qual reconheceu o direito da CEGRio em reajustar a tarifa, no percentual de 24,52%,

b) Reserva especial

Constituída com base nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, para registrar os lucros que deixarem de ser distribuídos e que, se não absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos, assim que permitir a situação financeira da Companhia. Os valores pagos no exercício estão elencados na Nota Explicativa 17.5.

Em dezembro de 2021, a Companhia, tendo em vista a disponibilidade de recursos, deliberou e pagou aos acionistas o valor de R\$21.400 como realização da reserva especial.

17.5. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social. O Conselho de Administração, ainda, poderá aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório, bem como a antecipação de dividendos e a declaração de juros sobre o capital próprio.

A Demonstração do lucro básico para cálculo de dividendos é a seguinte:

	2021		2020	
Lucro líquido do exercício (Controladora)		566.688		340.018
Apropriação:				
Reserva legal		(287)		(625)
Lucro básico para determinação do dividendo		566.688		340.018
Destinação Reserva estatutária - ação preferencial "Classe B"		(18.600)		(24.500)
Antecipação de dividendos		(33.300)		(12.000)
Juros sobre capital próprio		(94.767)		(50.305)
Dividendos complementares ao mínimos obrigatórios		(49.549)		(97.962)
Dividendos adicionais		(370.185)		(154.626)
Reserva especial		(566.688)		(340.018)
Total da destinação do resultado				

17.6. Resultado por ação

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Gaspetro	566.688	341.292	566.688	340.018
Quantidade de ações ordinárias	110.993	110.993	110.993	110.993
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária e preferencial (R\$ mil por ação)	5,11	3,07	5,11	3,06

18. Receita de vendas e serviços

	Consolidado	
	2021	2020
Receita bruta de vendas	929.042	553.652
Encargos de vendas	(215.874)	(128.120)
Receita de vendas e serviços	713.168	425.532

19. Outras receitas (despesas) líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Perda no valor de recuperação de ativos	(891)	(848)	(891)	(848)
Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios (Vide Nota Explicativa 1.1)	(3.187)	32.574	-	-
Outros	(420)	2.068	(591)	(2)
Total outras receitas (despesas), líquidas	(4.498)	33.794	(1.482)	(850)

20. Custos e Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Matéria-prima e produtos para revenda	519.037	299.977	-	-
Gastos com pessoal e administradores (GOG)	55.201	62.372	27.953	36.349
Depreciação e amortização	31.287	30.417	1.679	1.679
Materiais, fretes, alugueis e outros (GOG)	12.675	12.920	1.500	3.043
Serviços de terceiros (GOG)	20.080	21.395	5.850	5.778
Perdas esperada de crédito	1.191	(445)	-	-
Tributárias	749	425	214	182
Outros despesas (receitas), líquidas	4.498	(33.794)	1.482	850
Total custos e despesas por natureza	644.718	393.267	38.678	47.881
Na Demonstração do Resultado:				
Custo dos produtos e serviços prestados	565.437	344.531	-	-
Despesas com vendas	11.971	10.135	-	-
Despesas gerais e administrativas	62.063	71.970	36.982	46.849
Tributárias	749	425	214	182
Outros despesas (receitas), líquidas	4.498	(33.794)	1.482	850
Total custos e despesas por natureza	644.718	393.267	38.678	47.881
GOG: Gastos operacionais gerenciáveis				

21. Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Receita com aplicações financeiras	990	698	965	698
Receita com recebíveis de ativos financeiros	14.493	12.874	1.100	705
Atualização dos ativos excluídos	470	974	470	974
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas	3.437	1.762	(296)	(1.453)
Total resultado financeiro líquido	19.390	16.308	2.239	924
Na Demonstração do Resultado:				
Receitas	20.899	18.099	2.074	1.404
Despesas	(1.388)	(858)	(152)	(159)
Variáveis monetárias, líquidas	(121)	(933)	317	(321)

22. Processos judiciais e contingências

22.1. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Ativo não circulante				
Cíveis	806	794	806	794
	806	794	806	794

22.2. Processos judiciais provisionados

A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis. Os valores provisionados são os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Passivo não circulante				
Cíveis	40.738	13.918	-	-
Outras contingências de responsabilidade do acionistas Petrobras (*)	4.022	-	4.022	-
	44.760	13.918	4.022	-
Saldo inicial	13.918	14.408	-	-
Adições (baixas), líquidas – contingências próprias (**)	26.820	(490)	-	-
Adições (baixas), líquidas – contingências de partes relacionadas (*)	4.022	-	4.022	-
	44.760	13.918	4.022	-

(*) Os processos administrativos e judiciais da controladora que não estão vinculados ao segmento de distribuição de gás natural são de responsabilidade do acionista Petrobras, em face das disposições contidas no Contrato de Compra e Venda de Ações (CCVA) celebrado em 2015. Esses processos são de natureza tributária, cível e trabalhista. A provisão foi constituída devido a alteração de probabilidade de perda. Eventuais ônus impostos à Gaspetro serão necessariamente ressarcidos pela Petrobras.

(**) O valor adicionado em 2021 refere-se quase que totalmente à provisão para devolução ao mercado dos créditos de Ativos Regulatórios relacionados à constituição do direito tributário sobre a repetição de indébito do PIS/COFINS sobre ICMS (Nota Explicativa 15.1(**)).

22.3. Passivos contingentes

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou que não possam ser feitas através de uma estimativa suficientemente confiável do valor de saída de recursos (contingências possíveis) não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Em 31 de dezembro de 2021, o valor destas contingências, com expectativa de perda julgada possível, era de R\$35.663 (R\$ 44.181 em 2020):

	Consolidado	
	2021	2020
Tributários	35.663	44.068
Outros	-	113
	35.663	44.181

O quadro a seguir detalha as principais causas de natureza tributária, cuja expectativa de perda está classificada como possível, mas que não impactam e não impactarão o resultado da companhia:

Descrição do processo de natureza tributária - Autor: Receita Federal do Brasil	Estimativa
Processo administrativo que a alega a ausência de comprovação da dedutibilidade de parte dos custos/despesas. Auto de infração lavrado para a cobrança de IRRF, à alíquota de 35%, nos termos do art. 61 da Lei nº 8.981/95, já que supostamente configuraria "pagamentos sem causa" (Proc. nº 15540.720332/2017-21)	30.155
Processo judicial relativo a débitos não quitados em decorrência de compensação não homologada (IR/CSLL de 2014), suposta dívida de COFINS na venda de resíduos (2000) e variações cambiais de mútuo (2002) - (Proc. nº 5036696-77.2020.4.02.5101)	5.059
Outros processos	449
Total dos processos de natureza tributária	35.663

23. Gerenciamento de riscos

A gestão da Gaspetro é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de

crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

Eventuais efeitos inerentes à pandemia do Coronavírus (COVID-19) estão descritos na Nota explicativa 3.

As operações da Companhia e suas investidas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

23.1. Risco cambial

O risco cambial decorre da possibilidade de existência de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela sua controlada e suas investidas para a aquisição gás natural. A Companhia e suas investidas avaliam permanentemente essas oscilações, na medida em que essas possam impactar significativamente seus fluxos financeiros.

23.2. Risco de taxa de juros

A Companhia e sua controlada, preferencialmente, não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar a exposição às flutuações das taxas de juros, em função da inexistência de dívidas e/ou por não acarretarem impacto relevante.

23.3. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade saque ou resgate dos valores depositados e da possibilidade do não recebimento dos investimentos em recebíveis de ativos financeiros. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros. O FIDC também é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a sua controladora Petrobras.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

As Companhias distribuidoras de gás natural ("Distribuidoras") estão expostas a possibilidade das perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes. Para mitigar esses riscos, as Distribuidoras adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

Qualidade do crédito de ativos financeiros

A qualidade do crédito de ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa tem como base a classificação de risco concedida pelas agências avaliadoras Standard & Poor's, Moody's e Fitch. As informações sobre estes ativos financeiros, que não estão vencidos e sem evidências de perdas, estão dispostas a seguir:

	Consolidado	
	Caixa e equivalentes de caixa	2021 2020
AAA.br	55.315	32.522
AA.br	16.899	2.814
Outras classificações	3	20
	72.217	35.356

23.4. Risco de Liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital, pagamentos de dividendos e refinanciamento da dívida. O risco de liquidez da Companhia é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha caixa suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Usualmente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de suas obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data do vencimento. Estes instrumentos financeiros que estão a custo amortizado possuem seus saldos similares aos seus valores justos.

	31.12.2021	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	3 - 5 anos	
Fornecedores		84.628	84.628	-	-	
Arrendamento a pagar		1.470	-	-	-	
		31.12.2020	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	3 - 5 anos
Fornecedores		43.071	43.071	-	-	
Arrendamento a pagar		1.588	1.395	193	-	

24. Seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava a seguinte apólice de seguro:

Modalidade	Risco coberto	Importância segurada
Operacional	Seguro de natureza operacional relativo às atividades da GasBrasiliano	5.000
Operacional	Seguro de natureza operacional relativo às atividades da GasBrasiliano	6.917

Tendo em vista o atual processo de desinvestimento das ações da Companhia detidas pelo acionista Petrobras, a Gaspetro reduziu sua estrutura física através do compartilhamento de área disponibilizada na sede no acionista Mitsui. Em razão desta mudança, não houve renovação e/ou celebração de novo seguro de natureza administrativa.

25. Evento subsequente

Alienação integral do investimento na Gasmar

A Gaspetro concluiu, em 15 de fevereiro de 2022, a transação para finalizar o litígio judicial pendente com a Termogás S.A. (Termogás). Como resultado dessa operação, a Termogás adquiriu as ações da Companhia Maranhense de Gás (Gasmar) detidas pela Gaspetro, que corresponde a 23,5% do capital social total.

Após o cumprimento de todas as condições precedentes, a operação foi concluída com o pagamento de R\$ 56,9 milhões para a Gaspetro, já com os ajustes previstos no contrato.

A transação faz parte da estratégia de otimização do portfólio da Gaspetro e está alinhada com o Termo de Compromisso de Cessação (TCC) para o mercado de gás natural assinado entre o acionista Petrobras e o CADE, em julho de 2019, para promoção de concorrência deste setor no Brasil.

Alienação das ações da Gaspetro, detidas pela Petrobras, para a Compass

A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (SG/CADE) deu aval, sem restrições, à aquisição de 51% do capital social votante e total da Gaspetro, atualmente de titularidade da Petrobras, pela Compass Gás e Energia. A decisão foi proferida por meio de despacho emitido dia 07/03/2022.

Entre as determinações previstas no acordo, a Petrobras se comprometeu a alienar sua participação acionária indireta em companhias distribuidoras, seja vendendo suas ações na Gaspetro, seja buscando a alienação da participação da Gaspetro nas companhias distribuidoras.

Após análise, a SG/CADE, entre outros aspectos, concluiu que possíveis integrações verticais decorrentes da participação da Gaspetro em companhias distribuidoras não seriam suficientes para caracterizar potencial lesivo do ato de concentração e que a consolidação da saída da Petrobras do elo de distribuição desse setor representa um ganho ao ambiente concorrencial.

Como houve interposição de recursos por terceiros interessados e solicitação de avocação do julgamento do Ato de Concentração por um dos membros do Tribunal do CADE, aguarda-se a sua submissão ao plenário do Tribunal.

Pagamento de Juros sobre o capital próprio – antecipação dos resultados de 2022

O Conselho de Administração da Gaspetro aprovou, em 23 de fevereiro de 2022, a distribuição aos acionistas da antecipação de resultados de 2022 na forma de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 24.807. Os valores devidos aos acionistas, na proporção da capital social da Companhia, foi pago em 25 de fevereiro de 2022, líquido de imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
VIKTOR NIGRI MOSZKOWICZ Presidente do Conselho			ROGÉRIO SOARES LEITE Conselheiro
LUIZ EDUARDO LOPES GONÇALVES Conselheiro			EDUARDO JUAÇABA DE ALMEIDA Conselheiro
ANDERSON GIL RAMOS BASTOS Conselheiro	TAIRA NOZAKI Conselheiro		MAURO MARTINS MACHADO Conselheiro
DIRETORIA EXECUTIVA			
RICARDO JOSÉ LOURENÇO DE MELLO Diretor Presidente			VITOR CALAZANS BARONI Diretor Financeiro e Corporativo
	PEDRO AURELIO CARDOSO SAMPAIO Diretor Operacional		
	MARCUS VINICIUS TORRES PEÇANHA Contador		
	CRC-RJ-068103/O-8		

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da Petrobrás Gás S.A. – GASPETRO Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Petrobrás Gás S.A. – GASPETRO (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobrás Gás S.A. - GASPETRO em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada, da Petrobrás Gás S.A. – GASPETRO em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas

internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas as demais demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Petrobras Gás S.A

CNPJ Nº 42.520.171/0001-91 - Empresa do Sistema Petrobras

Ministério de Minas e Energia



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 05 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Thiago Ferreira Nunes
Contador CRC RJ-112066/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Petrobras Gás S.A. – Gaspetro, no exercício de suas funções legais e estatutárias, tomou conhecimento do Relatório Anual de Atividades da Administração e procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis da Petrobras Gás S.A. – Gaspetro (“Individuais e Consolidadas”), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e o valor adicionado, assim como as notas explicativas. As Demonstrações Contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board – IASB e também de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil. As Demonstrações Contábeis individuais foram elaboradas com base nas práticas contábeis previstas na Legislação Societária Brasileira, complementadas com pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC. As Demonstrações Contábeis estão acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e foram aprovadas na 812ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de abril de 2022. A Administração propôs a seguinte destinação a ser deliberada pela Assembleia Geral de Acionistas:

Para o lucro líquido da Controladora, no montante de R\$ 566.687.507,10 (quinhentos e sessenta e seis milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, quinhentos e sete reais e dez centavos), que considera o seguinte:

- No que concerne à Reserva Legal já foi atingido o limite previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, não havendo destinação de valores à Reserva Legal;

- (1) Distribuição de Dividendos no montante de R\$ 196.502.441,15 (cento e noventa e seis milhões, quinhentos e dois mil, quatrocentos e quarenta e um reais e quinze centavos), sendo:

(1.1) R\$ 141.671.876,77 (cento e quarenta e um milhões, seiscentos e setenta e seis mil, oitocentos e setenta e seis reais e sete centavos) como dividendo mínimo obrigatório para os acionistas ordinários, composto por: (1.1.1) R\$ 33.300.000,00 (trinta e três milhões e trezentos mil reais) a título de Juros sobre Capital Próprio – imputados aos dividendos obrigatórios pelo valor líquido de R\$ 28.305.000,00 (vinte e oito milhões e trezentos e cinco mil reais) (líquido de IRRF) – já quitados em 28 de janeiro de 2022; (1.1.2) R\$ 18.600.000,00 (dezoito milhões e seiscentos mil reais) como dividendos antecipados já quitados em dezembro de 2021; e (1.1.3) R\$ 94.766.876,77 (noventa e quatro milhões, setecentos e sessenta e seis mil, oitocentos e setenta e seis reais e sete centavos) como dividendos mínimos complementares;

(1.2) R\$ 286.558,53 (duzentos e oitenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e três centavos) para a ação preferencialista Classe “B” relativo a complemento da reserva estatutária “Ativos Excluídos” decorrente dos valores apurados nos dois semestres de 2021;

(1.3) R\$ 49.549.005,85 (quarenta e nove milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, cinco reais e oitenta e cinco centavos) como dividendos adicionais a serem pagos aos acionistas ordinários; e

(II) R\$ 370.185.065,95 (trezentos e setenta milhões, cento e oitenta e cinco mil, sessenta e cinco reais e noventa e cinco centavos) para constituição de reserva especial a ser revertida à medida que o saldo de caixa da Companhia permitir.

O saldo de dividendos propostos será pago até o final do exercício de 2022, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia, atualizados monetariamente pela variação da taxa Selic diária a partir de 31 de dezembro de 2021 até a data do efetivo pagamento.

A constituição da reserva especial no valor de 370.185.065,95 (trezentos e setenta milhões, cento e oitenta e cinco mil, sessenta e cinco reais e noventa e cinco centavos) foi baseada nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, que dispõe sobre a situação financeira da Companhia, que se destina ao registro dos lucros que deixarem de ser distribuídos e que, se não absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos, assim que permitir o planejamento do fluxo de caixa da Companhia.

Considerando o trabalho de acompanhamento da Companhia desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, a opinião emitida, sem ressalvas, da KPMG Auditores Independentes, as informações prestadas pelos integrantes da Administração e do Comitê de Auditoria da empresa e complementadas com comentários sobre o seu desempenho, assegurando que as Demonstrações Contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Gás S.A. – Gaspetro em 31 de dezembro de 2021, o Conselho Fiscal, por unanimidade, opinou favoravelmente à aprovação do Relatório Anual da Administração, das Demonstrações Contábeis, bem como da proposta de Destinação de Resultado, que inclui a constituição da Reserva Especial, considerando que o pagamento de dividendo integral é incompatível com o planejamento financeiro da Companhia, devendo o seu saldo ser distribuído assim que o fluxo de caixa da Companhia permitir, se não absorvido por prejuízos em exercícios subsequentes, nos termos dos parágrafos 4º e 5º do art. 202 da Lei 6.404/1976. Tais matérias serão submetidas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Rio de Janeiro, 05 de abril de 2022.

Bruno Cirilo Mendonça de Campos
Presidente

Flavia Valeska Veiga de Oliveira
Conselheira

Marco Francesco Patriarchi
Conselheiro

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO EXERCÍCIO SOCIAL 2021

Aos Conselheiros de Administração da Petrobras Gás S.A. – Gaspetro.

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário da Petrobras Gás S.A. – Gaspetro (CAE) foi criado na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de junho de 2018 no processo de reforma do Estatuto Social da empresa para atendimento da Lei 13.303/16. O CAE é composto por três membros, sendo um indicado pelo acionista majoritário, um pelo acionista minoritário, e um em comum acordo pelos acionistas, todos nomeados e destituíveis pelo Conselho de Administração, para um mandato de dois anos.

O CAE reporta-se ao Conselho de Administração e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As suas funções e atividades são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais e estatutárias aplicáveis e definidas no seu Regimento Interno e sua responsabilidade está relacionada com a revisão e o monitoramento, dentro de sua capacidade de supervisão, dos processos de elaboração e divulgação de relatórios financeiros e das atividades da auditoria independente, bem como das atividades de controle interno, auditoria interna e riscos da Gaspetro.

As avaliações do CAE baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

O colegiado é atualmente composto pelos seguintes membros: Sr. Reinaldo Guerreiro, indicado em conjunto por ambas as sócias e Presidente do CAE, Sr. Luiz Henrique Barros, indicado pela sócia Mitsui, e Sr. Eduardo Juçaba de Almeida, indicado pela sócia Petrobras.

O escopo das atividades do CAE da GASPETRO estende-se à sua controlada Gás Brasileiro Distribuidora S.A., conforme Estatuto Social da referida controlada (Art. 31) e previsão do Regimento Interno do colegiado.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

O CAE reuniu-se vinte e cinco vezes no ano de 2021e as respectivas atas encaminhadas ao conhecimento do Conselho de Administração.

As principais atividades do CAE da Gaspetro realizadas em 2021 foram:

- Acompanhamento mensal dos Indicadores da Gaspetro;
- Apreciação dos Relatórios Trimestrais de Atividades de Governança e Conformidade - 1º, 2º e 3º Trimestres de 2021;
- Análise dos Relatórios Trimestrais de Atividades da Auditoria Interna referente ao 1º, 2º e 3º Trimestres de 2021 e do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna 2020;
- Acompanhamento do Orçamento do CAE;
- Análise das Demonstrações Contábeis – 1º, 2º e 3º Trimestres de 2021 da Gaspetro;
- Conhecimento do Plano Estratégico 2021-2041 (PE 2041); do Plano de Negócios 2021-2025 (PNG 2021-2025); e das Metas SEST 2021;
- Encontro do CAE com a KPMG Auditores Independentes – Auditoria Externa;
- Conhecimento da Remuneração Anual Global dos Administradores da Gaspetro para o Período de Abril de 2021 a março de 2022;
- Avaliação das Demonstrações Contábeis da Gaspetro (Controladora e Consolidado), acompanhadas das notas explicativas e do parecer da Auditoria Independente, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Proposta de Destinação do Resultado;
- Conhecimento do Plano de Trabalho Concluído – 2020;
- Conhecimento do processo licitatório para contratação de empresa de auditoria independente para a prestação de serviços de auditoria contábil, nos exercícios sociais de 2022 a 2024;
- Conhecimento do Relatório da Administração da Gaspetro do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020;
- Conhecimento da análise do Relatório de Auditoria sobre a conformidade do valor realizado da remuneração dos administradores da Gaspetro – período de abril/2020 a março/2021;
- Conhecimento do Programa de Dispêndios Globais – PDG;
- Conhecimento da Reprogramação do Orçamento Anual de Investimento do ano de 2021;
- Conhecimento da Reprogramação das Transferências entre a PETROBRAS e a Gaspetro, e da Reprogramação do Programa de Dispêndios Globais do ano de 2021;
- Análise das Margens nas CDLs;
- Conhecimento do sumário de transações com partes relacionadas;
- Aprovação do Plano de Trabalho do CAE – 2022;
- Aprovação do calendário das reuniões do CAE – 2022;
- Acompanhamento da Auditoria nas CDLs;
- Acompanhamento do Balancete;
- Conhecimento do Programa de Prêmio por Performance 2021 da Gaspetro para os Administradores;
- Conhecimento do Programa de Prêmio por Performance 2021 da Gaspetro – Funções Gratificadas;
- Conhecimento dos Programas de Prêmio por Performance 2022 da Gaspetro;
- Conhecimento Relatório de Sustentabilidade da Gaspetro de 2019 e 2020;

- Conhecimento e análise do Relatório Anual Resumido do CAE 2020;
- Conhecimento e análise da Política de Transações com Partes Relacionadas da Gaspetro;
- Conhecimento da revisão da Política de Divulgação de Informação da Gaspetro;
- Conhecimento da revisão da Política de Indicação da Gaspetro;
- Conhecimento da revisão da Política de Gestão de Riscos Empresariais da Gaspetro e da Diretriz de Gerenciamento de Riscos Empresariais da Gaspetro;
- Conhecimento da Diretriz de Proteção de Dados Pessoais e Privacidade da Gaspetro;
- Conhecimento da Política de Segurança de Informação da Gaspetro;
- Conhecimento da Diretriz de Avaliação de Órgãos e Membros Estatutários da Gaspetro.
- Conhecimento da revisão da Política de Comunicação e Relacionamento da Gaspetro;
- Conhecimento da Revisão do Regulamento de Licitações e Contratos da Gaspetro;
- Conhecimento do Regulamento da Auditoria Interna da Gaspetro;
- Conhecimento da Política de Inteligência Protetiva e Segurança Corporativa da Gaspetro;
- Conhecimento da Revisão da Política de Ouvidoria da Gaspetro;
- Conhecimento da revisão da Diretriz de Interação com Agentes Públicos da Gaspetro;
- Conhecimento das Diretrizes de Direitos Humanos;
- Conhecimento da revisão da Diretriz de Gestão de Participações Societárias Minoritárias da Gaspetro;
- Conhecimento da Diretriz Prevenção e Repressão à Atuação de Cartéis nas Contratações de Bens e Serviços da Gaspetro;
- Conhecimento da Diretriz Orçamento Visão Governo - Programa de Dispêndios Globais (PDG) e Orçamento Anual de Investimentos (OAI) da Gaspetro;
- Conhecimento da Diretriz Prevenção à Fraude e à Corrupção da Gaspetro;
- Conhecimento da revisão da Diretriz de Avaliação de Órgãos e Membros Estatutários da Gaspetro;
- Avaliação Individual e Coletiva do CAE referente ao exercício de 2021;
- Conhecimento da revisão do PAINT/2021.
- Conhecimento e análise do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT 2022;
- Acompanhamento do Plano de Trabalho 2021;
- Participação no Fórum dos Auditores Internos da Gaspetro e das CDLs;
- Reporte trimestral ao CAE Petrobras.
- Encontro do CAE com os membros do Conselho Fiscal.

3. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do CAE, considerando as suas atribuições e limitações inerentes ao seu escopo de atuação observam que:

- os processos de controles internos para a produção dos relatórios financeiros são efetivos e as ações de prevenção e combate à fraude e corrupção são adequadas;

- a Auditoria Interna tem desempenho satisfatório de suas funções, com atuação independente;

- a Auditoria Independente é efetiva e não foi reportada nenhuma ocorrência que pudesse comprometer sua independência;

- a gestão e o monitoramento dos principais fatores de riscos vêm sendo gerenciados pela Administração;

- as transações com partes relacionadas avaliadas e monitoradas no período atenderam à Política de Transações com Partes Relacionadas e forneceram evidências quanto à existência de condições estritamente comutativas, transparência, equidade, interesse da Companhia e divulgação adequada e tempestiva. Destaca-se, nesse ponto, que há transações relevantes da Controlada e das Coligadas da Companhia com empresas do Sistema Petrobras, principalmente no que se refere à aquisição de gás natural (Partes Relacionadas);

- Em conclusão, relativamente à empresa Gaspetro, os processos de controle interno, os trabalhos de auditoria interna, o processo de auditoria independente e a gestão dos principais fatores de risco ocorreram sem nenhum fator de destaque.

Nesse contexto, após proceder ao exame e à análise das Demonstrações Contábeis acompanhadas do Relatório da Administração da Gaspetro, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e do Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido com opinião sem ressalvas, os membros do CAE recomendam a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 05 de abril de 2022.

Reinaldo Guerreiro
Presidente

Eduardo Juçaba de Almeida
Membro

Luiz Henrique Barros
Membro

